

## EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO ENSINO SUPERIOR: A ADAPTAÇÃO DE MATERIAIS E RECURSOS PARA ACADÊMICOS COM DEFICIÊNCIA E NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS

Celma Regina Borghi Rodriguero (Universidade Estadual de Maringá)  
Hilusca Alves Leite (Universidade Estadual de Maringá)  
Isadora Alves Batista (Universidade Estadual de Maringá)  
Maria Fernanda Machado Barbosa (Universidade Estadual de Maringá)  
Patricia Merlin (Universidade Estadual de Maringá)  
crbrodriguero@uem.br

### Resumo

O presente resumo trata das atividades desenvolvidas no projeto de extensão “Recursos alternativos para alunos com deficiência e necessidades educacionais especiais no ensino superior” lotado no Departamento de Teoria e Prática da Educação (DTP) e vinculado ao Programa Multidisciplinar de Pesquisa e Apoio à Pessoa com Deficiência e Necessidades Educacionais Especiais (PROPAE). O projeto em tela tem por finalidade desenvolver ações voltadas à produção e adaptação de recursos didáticos, dessa forma, a contribuir para a acessibilidade didático-pedagógica de acadêmicos em condição de deficiência e Necessidades Educacionais Especiais/NEE, regularmente matriculados na Universidade Estadual de Maringá (UEM). O projeto tem como atividades a digitalização de textos para leitura em tela; a ampliação de fonte para acadêmicos com deficiência visual; gravação de áudios com a leitura de textos para alunos que apresentam Transtornos do Neurodesenvolvimento, dentre os quais o Transtorno Específico da Aprendizagem com prejuízo na leitura (Dislexia), Transtorno do Espectro Autista (TEA), Transtorno de Déficit de Atenção/Hiperatividade (TDAH). O projeto também oportuniza apoio e orientação no uso dos materiais produzidos e/ou adaptados. Como resultado, em 2024, foram atendidos direta ou indiretamente pelo PROPAE, mais de 170 alunos, matriculados em diferentes cursos de graduação e programas de pós-graduação, e para parte deles, o projeto possibilitou os referidos recursos.

**Palavras-chave:** Adaptação de recursos; Necessidades educacionais especiais; Acessibilidade.

### 1. Introdução

Desde a década de 1990, as políticas públicas têm direcionado a atenção para a inclusão da pessoa com deficiência e de modo particular para a educação inclusiva, propondo-se a assegurar a acessibilidade do aluno com deficiência e/ou necessidades educacionais especiais (NEE) em todas as modalidades e nos diferentes níveis de ensino, incluindo o ensino superior.

Neste contexto destaca-se a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008), implementada com o intuito de acompanhar os avanços do conhecimento e das lutas sociais, visando constituir políticas públicas promotoras de uma educação de qualidade para todos os alunos. No ano de 2015, a Lei n. 13.146 de 6 de julho de 2015 (BRASIL, 2015) que instituiu a Lei Brasileira de Inclusão, ou como ficou mais conhecida, o Estatuto da Pessoa com Deficiência, destinada a assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando sua inclusão social e cidadania, vem ratificar esse processo.

Entendendo que o processo de inclusão implica equidade quando se trata do acesso a conteúdos acadêmicos, o projeto de extensão tem como objetivos principais, desenvolver recursos adaptativos capazes de promover a acessibilidade nos processos de ensino e aprendizagem e produzir materiais adaptados voltados às necessidades de pessoas com deficiência e necessidades educacionais especiais (UEM, 2016).

## 2. Metodologia

A proposta do projeto de extensão Recursos Alternativos para Alunos com Deficiência e Necessidades Educacionais Especiais no Ensino Superior, é constituir-se espaço de planejamento e execução de ações que, voltadas à produção de recursos didáticos, favoreçam a aprendizagem de alunos em condição de deficiência e necessidades educacionais especiais. Para tanto, busca suporte em pressupostos defendidos por Lev S. Vigotski (1896-1934), representante maior da Teoria Histórico-Cultural, quando afirma que os processos humanos se originam nas relações sociais e devem ser compreendidos em seu caráter histórico-cultural (Vigotski, 2003).

Para o teórico, tanto as aquisições mais elementares, quanto as mais complexas ocorrem pela apropriação e mediação humana, sendo as leis gerais do desenvolvimento iguais para todos os sujeitos (Vigotski, 2019). No entanto, essa apropriação dos elementos da cultura, ou seja, do conhecimento construído historicamente pela humanidade, depende das condições reais e objetivas que cada homem dispõe em seu tempo histórico e espaço social, conforme propõe Leontiev (2003).

Destarte, visando a promoção de condições reais e objetivas de acessibilidade, o projeto atua no sentido de promover caminhos didático-pedagógicos alternativos, o que se materializa na digitalização e retificação de materiais em formatos compatíveis com as necessidades de acadêmicos com cegueira, impressão de materiais em fonte ampliada, e produção e adaptação de recursos didáticos para estudantes que apresentam deficiência e/ou NEE.

### **3. Resultados e Discussão**

Visando adequar-se às orientações e determinações presentes nas políticas de inclusão das últimas décadas, o projeto vem atuando no sentido de oportunizar espaço favorável e contribuir com o atendimento das demandas relacionadas ao acesso e permanência dos alunos assistidos pela Educação Especial. Entendemos que o referido projeto também contribui com a formação acadêmica dos alunos que dele participam (voluntários e bolsistas), pela experiência de um trabalho colaborativo, multidisciplinar e social – constituindo-se espaço para vivências educacionais, que extrapolam a sala de aula. Para além da produção e adaptação de recursos o projeto tem atuado também na remoção de barreiras atitudinais a partir da mediação e convivência com o diferente.

No ano de 2024, o PROP AE atendeu de forma direta ou indireta mais de 170 alunos de diferentes cursos de graduação e com diferentes condições de deficiência e NEE e parte desse público foi contemplado por recursos produzidos ou adaptados pelos integrantes do projeto.

### **4. Considerações**

Partimos do princípio de que inclusão não implica apenas o acesso no que diz respeito a estar matriculado na instituição, mas exige, condições satisfatórias de permanência, participação efetiva e possibilidades plenas de integralização os estudos.

Ao considerar-se a Lei n. 13.146/2015 - Estatuto da Pessoa com Deficiência, que garante os direitos da pessoa com deficiência entende-se que o PROP AE se destaca por suas atividades voltadas à comunidade acadêmica, sendo uma dessas ações materializada por meio das atividades do projeto de extensão. Acreditamos que

o convívio com os desafios da inclusão no ensino superior e a implementação de ações referentes e pertinentes, contribui para uma formação mais ampla no âmbito da inclusão, pautada pelas políticas públicas inclusivas, contribuindo para uma sociedade menos excludente.

## Referências

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Brasília: Palácio do Planalto, 2015. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm). Acesso: 18 ago 2025.

LEONTIEV, A. Os princípios do desenvolvimento mental e o problema do atraso mental. In: LURIA, A. R.; LEONTIEV, A.; VYGOTSKY, L. S. et al. **Psicologia e pedagogia: bases psicológicas da aprendizagem e do desenvolvimento.** São Paulo: Centauro, 2003, p. 59-76.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ. Departamento de Teoria e Prática da Educação. **Recursos alternativos para alunos com deficiência e necessidades educacionais especiais no ensino superior** (Processo n. 4796/2016). Maringá, 2016.

VIGOTSKI, L. S. Aprendizagem e desenvolvimento intelectual na idade escolar. In: LURIA, A. R.; LEONTIEV, A.; VIGOTSKI, L.S. et al. **Psicologia e pedagogia: bases psicológicas da aprendizagem e desenvolvimento.** São Paulo: Centauro, 2003, p. 1-18.